

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.859 - SP (2019/0008328-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **FUNDACAO SAUDE ITAU**
ADVOGADOS : **RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(S) - RJ119910**
 FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
 FELIPE DA SILVA JUSTEN - RJ196912
 JULIANA PADILHA DA SILVA - RJ214942
AGRAVADO : **LUIZ CARLOS SEIXAS MADUREIRA**
ADVOGADO : **MARIA TERESA FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - SP215055**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO assim ementado:

PLANO DE SAÚDE - Segurado aposentado enquanto beneficiário de contrato coletivo de assistência médica - Pretensão de continuidade do vínculo nas mesmas condições antes vigentes - Questão relativa às relações de trabalho - Sentença de procedência - Natureza da obrigação e vínculo desta à relação empregatícia que resulta reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho - Inteligência do Artigo 114, X, da Constituição Federal - Decisão anulada de ofício com remessa dos autos àquela Justiça especializada.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alega violação dos arts. 42, 44, 64, §§ 1º e 4º, do CPC/2015, sob o argumento de que "o presente caso não comportaria o reconhecimento da incompetência da justiça civil e consequente remessa a justiça do trabalho, tal qual restou decidido".

É o relatório. DECIDO.

2. O Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia que lhe foi apresentada, assim consignou:

2. Do que se extrai dos autos, pretendendo a autora a continuidade da prestação dos serviços de saúde com a manutenção do padrão do plano, mediante pagamento integral dos prêmios, nos mesmos termos do oferecido quando da vigência do pacto laboral, sendo certo que este funciona sob o sistema de autogestão, como afirmado pela própria ré (fl. 66), propôs a autora a presente ação de obrigação de fazer, julgada procedente.

Preservado o entendimento do julgador monocrático e o meu próprio, pois sempre reconheci que a natureza do tema em debate era civil e não laboral, pacificou-se nesta Câmara a posição de que a celeuma envolvendo a manutenção de ex-empregado em plano de saúde, onde os beneficiários são somente os empregados da ré, provém de vínculo de emprego anteriormente mantido entre as partes.

Por essa razão existe incompetência absoluta da Justiça Comum Estadual, comportando declaração de ofício determinando a

competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da demanda.

Da leitura do excerto acima colacionado, verifica-se que o Sodalício Bandeirante afirmou que a discussão relacionada à manutenção no plano plano de saúde diz respeito à situação jurídica ligada ao antigo contrato de trabalho, uma vez que a prestadora do serviço de saúde é mantida pela própria empregadora.

Ocorre que, em julgamento realizado pela Segunda Seção desta Corte Superior, ao se discutir a questão da competência para julgar controvérsias estabelecidas entre ex-empregados e operadoras de plano de saúde na modalidade autogestão vinculadas ao empregador, relacionado ao direito de manter a condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, ficou consignado que, **nessas situações, inexistência de discussão sobre o contrato de trabalho ou de direitos trabalhistas, mas um litígio acerca da manutenção ou não do ex-empregado em plano de saúde coletivo, cuja natureza é preponderantemente civil e não trabalhista** (CC 157.664/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 23/05/2018, DJe 25/05/2018).

Convém colacionar a ementa do referido julgado:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TRABALHO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO APOSENTADO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO DE ENTIDADE DE AUTOGESTÃO VINCULADA AO EMPREGADOR. NATUREZA PREDOMINANTEMENTE CIVIL DO LITÍGIO. 1. Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Trabalhista. Conclusão ao gabinete em 10/04/2018.

2. O propósito do presente conflito consiste em definir a competência para julgar controvérsias estabelecidas entre ex-empregados (nas hipóteses de aposentadoria, rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa) e operadoras de plano de saúde na modalidade autogestão vinculadas ao empregador, acerca do direito de manter a condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho.

3. Se a demanda é movida com base em conflitos próprios da relação empregatícia ou do pagamento de verbas dela decorrentes, então a competência para seu julgamento será da Justiça do Trabalho, de acordo com o art. 114, IX da CF/88.

4. Plano de saúde coletivo disponibilizado pelo empregador ao empregado não é considerado salário, conforme disposto no art. 458, §2º, IV da Consolidação das Leis Trabalhistas, em redação dada pela Lei 10.243/01.

5. A operadora de plano de saúde de autogestão, vinculada à instituição empregadora, é disciplinada no âmbito do sistema de saúde suplementar, conforme disposto em Resolução Normativa nº 137/06 da ANS.

6. O fundamento jurídico para avaliar a procedência ou improcedência do pedido está estritamente vinculado à interpretação da Lei dos Planos de Saúde, sobretudo dos arts. 30 e 31.

7. Essas razões permitem concluir pela inexistência de discussão sobre o contrato de trabalho ou de direitos trabalhistas, mas um litígio acerca da manutenção ou não do ex-empregado em plano de saúde coletivo, cuja natureza é preponderantemente civil e não trabalhista.

8. Declarada a competência da Justiça comum Estadual para julgamento da demanda.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

(CC 157.664/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/05/2018, DJe 25/05/2018)

Desse modo, considerando que a discussão posta nos autos é de natureza eminentemente civil e não trabalhista, deve ser reformado o acórdão recorrido, uma vez que é competência da Justiça Comum Estadual o julgamento da demanda.

3. Ante o exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial de FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ S.A. para, reformando o acórdão recorrido, reconhecer a competência da Justiça Comum Estadual para o julgamento da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

Ministro Luís Felipe Salomão

Relator

